

4ª Semana de
COMPLIANCE ANAHP

Da teoria à prática:

Integridade, reputação,
ESG e responsabilidade



anahp

Há 24 anos
promovendo
qualidade e ética
na saúde



A **4ª Semana de Compliance da Anahp**, realizada nos dias 26, 27 e 28 de agosto, reuniu especialistas, lideranças e profissionais da saúde para debater os desafios atuais da integridade no setor. Em três dias de programação, os encontros mostraram como o compliance deixou de ser um tema restrito a regras e protocolos para se tornar motor de governança, reputação e sustentabilidade nos hospitais.

Da premissa da integridade e combate à corrupção, passando pelo impacto das redes sociais e da inteligência artificial, até chegar ao ESG com foco em saúde mental, as discussões revelaram um ponto em comum: sem liderança comprometida, processos vivos e resposta madura a incidentes, não há programa que se sustente.

Mais do que relatórios ou discursos, o compliance se traduz hoje em práticas que protegem pacientes, profissionais e instituições.

Este e-book reúne os principais insights de cada dia do evento, organizados de forma objetiva, com boxes práticos e recomendações para apoiar hospitais na jornada de transformar integridade em valor assistencial.

Boa leitura!

DA PREMISSE À PRÁTICA: INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO NO DIA A DIA

Código, conselho e auditoria só têm valor quando deixam de ser documentos formais e passam a orientar decisões, processos e comportamentos no dia a dia.

Integridade não se encerra em normas: é uma construção contínua, que precisa ser revisitada e reforçada a cada escolha da instituição.



“Compliance é premissa — não é opção.”

Antônio Britto, diretor-executivo da Anahp

PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO



Por **Marcelo Vianna**, secretário de Integridade Privada/CGU

A “régua pública” do compliance vai além da punição. Para formar cultura, combina: repressão, orientação e estímulo.

NOS HOSPITAIS, ISSO SIGNIFICA:

- Auditar
- Acolher denúncias
- Corrigir desvios
- Fechar o ciclo com transparência

Depois de um incidente, o desafio é **cooperar na solução**, reforçar o programa e acompanhar seus resultados.

O QUE ISSO MUDA NO DIA A DIA:

- Programas “de prateleira” não passam: é preciso provar efetividade;
- Canais que funcionam e fluxo de apuração com prazos dão credibilidade;
- Terceiros e contratos entram no radar com regras claras e avaliação proporcional ao risco.

“Fazer o errado não pode valer a pena.” — Marcelo Vianna

Pós-incidente, na prática:

- Admitir e documentar a ocorrência;
- Escolher a via adequada: acordo de leniência (com cooperação e novas evidências) ou termo de compromisso (com plano mensurável de melhorias);
- Ajustar o programa com medidas verificáveis e aceitar monitoramento;
- Comunicar e treinar quem precisa mudar comportamento.

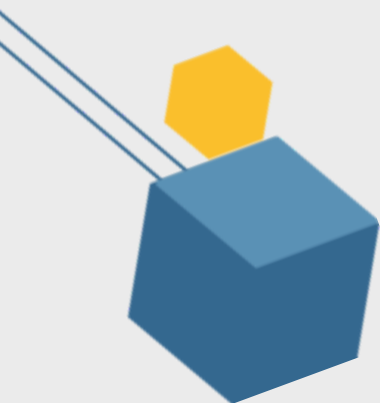
DA TEORIA À AÇÃO: LIÇÕES DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DA BRF



Por **Reynaldo Goto**, diretor de Compliance/BRF

Integridade já não se limita ao compliance, mas entra em contratos, compras sustentáveis e na governança clínica ligada ao ESG.

O avanço segue padrões globais — da ONU à OCDE — e pede cláusulas claras, due diligence proporcional e treinamentos práticos.



NA SAÚDE, ISSO SIGNIFICA:

- Regras específicas para compras
 - OPME
 - Patrocínios
- Pesquisa clínica e relações públicas

Tudo isso sempre com transparência e responsabilização.

“Eu costumo dizer que o compliance é um franchising que deu certo.” – Reynaldo Goto



CONCLUSÕES SOBRE INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO:

- Liderança comprometida + processos vivos superam discurso: sem patrocínio, mapa de riscos e consequências, nada se sustenta.
- Há rota de correção quando há falha — com contrapartidas reais e monitoramento (leniência/termo).
- Compliance já é ESG: impactos sociais e ambientais entram na régua e chegam aos contratos; quem alinha integridade a compras e gestão de terceiros sai na frente.
- Valor para o negócio: integridade reduz risco jurídico e reputacional, dá eficiência a processos sensíveis e reforça confiança de reguladores, parceiros e pacientes.

PARA COLOCAR EM PRÁTICA:

- Formalize o tom da liderança (metas e reporte periódico ao conselho);
- Ative canal de denúncias com fluxo de apuração e prazos definidos;
 - Treine áreas críticas primeiro (compras, relação com poder público, faturamento, OPME);
- Amarre contratos com cláusulas de integridade e due diligence proporcional;
- Integre ESG às políticas de compliance e aos critérios de fornecimento.

Liderança, processos e resposta madura a incidentes transformam compliance em prática assistencial, não em checklist burocrático.

REPUTAÇÃO E REDES SOCIAIS: POLÍTICAS, RISCOS E RESPOSTAS

Os hospitais estão avançando nos programas de compliance, mas ainda há distância entre intenção e prática.

Também existem “vieses” que precisam ser combatidos — entre eles, a visão de que compliance seria burocracia, invasão da autonomia médica ou algo a ser ativado apenas após crises.



“Parece haver um certo hiato entre intenções e ações efetivas, isso não é bom.”

Reynaldo Brandt, conselheiro de Ética da Anahp

REDES SOCIAIS E REPUTAÇÃO: O QUE POSTAMOS PODE NOS CUSTAR MUITO



Munique Correia,
gerente de Compliance da Anahp



Daniela de Andrade, sócia do escritório
Andrade Mariano Advogados

Na saúde, posts indevidos já levaram a demissões, exposição de pacientes e danos severos.

O contrato de trabalho se baseia em confiança e publicações podem gerar consequências trabalhistas, civis e criminais — daí a importância de políticas claras e regulamentos bem definidos.

AS REDES SOCIAIS MOLDAM REPUTAÇÃO:

- 70% dos recrutadores consultam perfis;
- 80% das empresas estão vulneráveis a crises digitais.

O QUE ISSO MUDA NO DIA A DIA:

- Reputação digital é ativo: um post pode custar credibilidade.
 - Políticas internas dão base legal para ação disciplinar.
- Treinamento contínuo e indicadores garantem efetividade.

“Por mais que a gente tente equilibrar vida pessoal e profissional, o que postamos em redes sociais acaba se misturando — é uma linha bem tênue e fina.” – **Munique Correia**

POLÍTICA DE REDES: 7 PONTOS-CHAVE

- Proteger informações confidenciais
- Evitar críticas públicas a colegas/organização
 - Declarar conflitos de interesse
- Não compartilhar conteúdo discriminatório
 - Atenção às fake news
- Diferenciar opinião pessoal de institucional
- Respeitar regras de publicidade e patrocínios

COMPLIANCE ALGORÍTMICO: TRANSPARÊNCIA, VIÉS E RESPONSABILIDADE



Por **José Guimarães**, diretor de Compliance do Grupo Coesa

Algoritmos exigem transparência — é preciso “abrir a caixa-preta” —, além de monitorar vieses e definir responsabilidades com clareza.

A inteligência artificial deve sempre complementar, e não substituir, a decisão humana, integrando tecnologia, jurídico, ética e compliance.

O QUE ISSO MUDA NO DIA A DIA:

- Mapear onde a IA já está sendo usada em processos críticos;
- Incluir auditoria de algoritmos na rotina de compliance;
- Estabelecer responsáveis e fluxos de resposta para incidentes digitais.

“Qualquer relacionamento com a inteligência artificial deve ser tratado de maneira ética e profissional.” – José Guimarães

Compliance do algoritmo

- Transparência: explicar como o algoritmo decide
- Viés: monitorar e corrigir continuamente
- Responsabilidade: papéis definidos para resposta rápida

Conclusões sobre reputação e compliance algorítmico:

- Ainda há um hiato entre discurso e prática;
- Reputação digital é patrimônio hospitalar: cada post importa;
- Políticas claras e treinamentos contínuos são essenciais para prevenir crises;
- IA e algoritmos já fazem parte do compliance: precisam de governança e responsabilização.

PARA COLOCAR EM PRÁTICA

- Adote política de redes sociais objetiva e treinamentos curtos;
 - Insira riscos digitais na matriz de compliance;
 - Formalize regulamento interno separado do código de conduta;
 - Estenda regras ao corpo clínico aberto com termos de responsabilidade;
- Crie governança específica para uso de IA (auditoria, transparência, accountability).

Reputação e tecnologia exigem compliance vivo — das redes sociais à inteligência artificial, com governança como primeira defesa.

ESG COM PROPÓSITO E SAÚDE MENTAL: GOVERNANÇA QUE CUIDA DE GENTE E RESULTADOS

Para a Anahp, sustentabilidade é questão de sobrevivência.

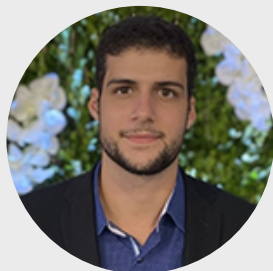
O tema vem sendo tratado de forma estruturante há anos — da governança à incorporação recente da saúde mental como prioridade.



“Quem ainda não percebeu essa realidade, vai enfrentar consequências importantes lá no futuro.”

Evelyn Tiburzio, diretora Técnica da Anahp

ESG COM PROPÓSITO: A ESTRATÉGIA DO SESC PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Por **Thiago Awad**,
gerente de ESG do Sesc Bahia

O ESG é ferramenta de perenidade e resiliência na chamada “economia de stakeholders”, em que a imagem institucional pesa cada vez mais nas escolhas de consumo e investimento.

O QUE ISSO MUDA NO DIA A DIA:

- Alinhar estratégia, operação e stakeholders para que boas intenções virem resultados duradouros;
- Comunicar resultados concretos (evitando green/social-washing) para fortalecer a imagem institucional;
- Governança na base: cultura, métricas e metas sustentam E e S.

“Hoje, o maior bem da empresa é a sua reputação.” — Thiago Awad

Reputação como vantagem competitiva

- Olhar sistemático para partes interessadas (colaboradores, clientes, financiadores)
- Reputação orienta decisões de investimento e fidelização

MAPEAMENTO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS – NR1



Por **Chantal Pillet**,
diretora na Kroll Associates

Com a NR-1 revisada, agora é obrigatório mapear e gerir riscos psicossociais dentro do PGR em todas as organizações.

A conexão do tema com padrões internacionais (ISO de riscos psicossociais) e ao compromisso global de saúde mental, demonstra que **compliance também é cuidar de pessoas**.

O QUE ISSO MUDA NO DIA A DIA:

- Incluir riscos psicossociais no PGR e tratar como risco corporativo (não só RH/SSO).
- Monitorar fatores de estresse e promover exercícios de diagnóstico contínuo com os times.
- Accountability da administração:
gerir riscos, comprovar resultados e colocar pessoas no centro.

“A gestão de riscos psicossociais deixou de ser diferencial para se tornar exigência regulatória.” — Chantal Pillet

NR-1 NA PRÁTICA

- Obrigatoriedade: mapeamento + gestão no PGR;
- Referências: ISO (riscos psicossociais) e compromissos da ONU em saúde mental;
- Ferramentas: exercícios/ranqueamento de estressores para orientar ações.

Conclusões sobre ESG e riscos psicossociais

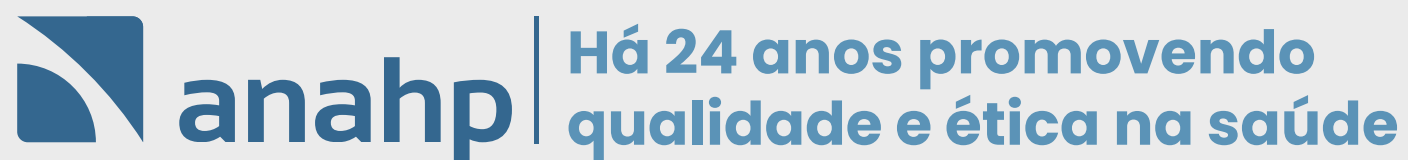
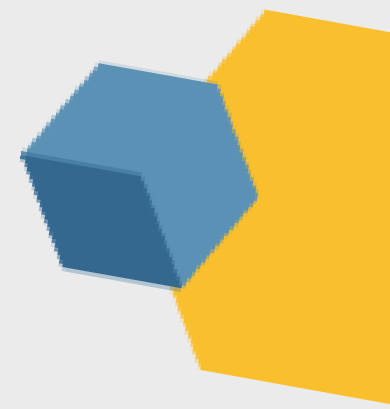
- Sustentabilidade = perenidade; quem não agir sofrerá impactos futuros.
- Reputação guia valor e decisões na economia de stakeholders.
- NR-1 torna inadiável a gestão de riscos psicossociais — com governança, métricas e responsabilidade executiva.

PARA COLOCAR EM PRÁTICA

- Formalize governança ESG com metas e reporte periódico;
- Mapeie riscos psicossociais e integre ao PGR (ciclo de medição e melhoria);
- Comunique resultados de forma transparente para engajar stakeholders.

Reputação forte e saúde mental tratada pela NR-1 — com governança viva — transformam ESG e compliance em valor sustentável para pessoas e para o negócio.

4ª Semana de
COMPLIANCE ANAHP



Há 24 anos promovendo
qualidade e ética na saúde



SETEMBRO 2025